



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3357-7500

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

19 de fevereiro de 2009

Aos dezenove dias de fevereiro de dois mil e nove às treze horas e quarenta minutos, deu-se início à reunião ordinária da Subcâmara de Ensino de Graduação, sob a presidência da Gerente de Ensino de Graduação, Cristiane Tenan Schlittler dos Santos, com a presença dos seguintes membros: Maria Luiza Fontana Linhalis, Araceli Verónica Flores Nardy Ribeiro, Estefano Aparecido Vieira, Ricardo Paiva, Helia Márcia Silva Mathias, Eloana Costa de Moraes (representando Francisco José Soares Costa), José Geraldo Orlandi, Rutinelli da Penha Fávero, Júlio Nardi, Ana Lúcia Saraiva, Lydia Márcia Braga Bazét, Luís Eduardo Martins de Lima, Cíntia Tavares do Carmo, Gelson Freire de Azevedo (representado Antônio Henrique Pinto), Sebastião Alves Carneiro, Gláucio Rodrigues Motta (representando Cristiane Araujo Meira), Sergio Nery Simões (representado Vanessa Battestin Nunes), Marco Antônio de Carvalho, Aurélio Azevedo Barreto Neto, participaram como convidados: Leessanny Carlesso dos Santos Lírio, Rosemeri G. Torres, Danielle Piontkovsky, Elizabeth Armini Pauli Martins, Cláudia Castro de Carvalho Nascimento, Gláucia Maria Ferrari, Leila da Silva Bareli de Moraes, Ronaldo Luiz Rassele. A reunião teve a seguinte pauta: **1 Estágio; 2 Proposta de alteração do ROD feito pelo Campus Serra; 3 Proposta dos alunos dos Cursos Superiores de Tecnologia em extinção, cursarem disciplinas dos cursos de Engenharia, como alunos especiais, caso existam vagas; 4 Alteração da resolução CD N° 29/2008, de 13 de Outubro de 2008, que trata da extinção do Curso Superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Campus Serra; 5 Escolha de quais disciplinas do núcleo básico das Engenharias do Ifes devem ser revisadas.** Iniciando a reunião, Cristiane apresenta o memorando que foi encaminhado para o CIEE (Coordenadoria de Integração Escola-Empresa) afirmando que todos os cursos de graduação possuem estágio obrigatório e estágio não-obrigatório, Cristiane explica que o memorando foi feito com base nos projetos dos cursos e que foi elaborado para atender a uma solicitação do CIE-E para liberar os alunos para o estágio, mas que ficou combinado que após esta reunião seria enviada uma tabela para o CIE-E com o que for decidido na reunião. Cristiane segue explicando passo a passo os procedimentos referentes aos estágios obrigatório e não-obrigatório, salientando que de acordo com os projetos dos cursos o aluno só poderá fazer o estágio não-obrigatório após ter concluído o quarto período, o estágio tem que ser vinculado à área profissional e o aluno só poderá fazer um estágio não-obrigatório. Cristiane sugere discutir esses pontos referentes ao estágio não-obrigatório propondo que se mude os projetos dos cursos colocando as devidas alterações. Cristiane passa a palavra para Rutinelli que tem uma proposta em relação ao estágio referente a ser ou não da área específica. Rutinelli diz que o estágio é útil

para a aquisição de competências, além disso, é uma forma de manutenção do aluno na escola, tendo em vista que a Instituição não tem condições de manter esse aluno, pois não há bolsa para todo mundo, Rutinelli diz que de acordo com a lei não existe mais o estágio sociocultural, apenas estágio obrigatório e não-obrigatório e que atualmente o estágio não-obrigatório é específico na área para complementação profissional, assim Rutinelli sugere que em vez de manter o estágio não-obrigatório como “específico” alterar-se para “formação” porque adiciona competências e habilidades para a formação do aluno, desta forma, a sugestão apresentada por Rutinelli consiste em: nos projetos de curso superior que já têm estruturado o estágio obrigatório passar a ter também o estágio não-obrigatório; nos projetos que já tiverem o estágio não-obrigatório focado na área específica, mudar para área de formação e, com relação à quantidade sugere-se não limitar o número de estágios tendo em vista que não existe mais o estágio sociocultural. Ricardo discorda da não especificidade por entender que se a área é muito distinta do curso a mesma não acrescentará muita coisa para a formação do aluno, então é preferível agregar o valor do conhecimento específico. Rutinelli questiona a possibilidade de não haver vaga para todo mundo no estágio não-obrigatório específico criando restrições para os alunos que precisam, Ricardo concorda que tem que se levar em consideração o lado social de modo que o aluno possa se manter estudando, mas deve-se considerar que é melhor um estágio que acrescenta competências na área profissional do que apenas considerar a questão financeira. Luis Eduardo questiona se de fato o estágio não-obrigatório na área não específica não acrescenta nada ao aluno, citando como exemplo, os jovens que fazem intercâmbio nos Estados Unidos e trabalham em áreas totalmente diferentes de suas áreas de estudos, salientando que não vê problemas em se ampliar o estágio não-obrigatório para outras áreas, pois o aluno tem que cumprir o estágio obrigatório na área específica. Aurélio sugere proibir o estágio não-obrigatório se o mesmo conflitar com o horário de aula e salienta que se o aluno ficar se arrastando para continuar com o estágio vai atrasar sua formação no curso, Araceli diz que o aluno tem o direito de não pegar todas as disciplinas, Luis Eduardo enfatiza que trata-se de curso superior e isso é uma opção do aluno que já é adulto e arcará com as consequências. Sérgio diz que na Serra os alunos precisam estagiar para conseguir se manter no curso, Elizabeth comenta que o aluno só pode fazer o estágio se estiver matriculado, assim a Instituição pode limitar o número de estágios que o aluno pode fazer enquanto aluno da Instituição, Araceli concorda que haja uma limitação, porém limitar o estágio em período prejudica o aluno, assim Araceli sugere não limitar em apenas um estágio, mas em quantidade de horas de estágio não-obrigatório que o aluno pode fazer, Cristiane concorda. Ricardo pergunta como fazer para limitar, pois no tempo de estágio o aluno vai pegar menos disciplinas e alongar o curso chegando ao ponto de quando não tiver mais o estágio acabar abandonando o curso, Rutinelli diz que no curso superior o estágio pode ser de até 40h semanais, porém o da Instituição é limitado em 20h semanais, Cristiane sugere colocar o estágio de 30h semanais fazendo-se o cálculo de 30h semanais no período de dois anos ou um único estágio com 30h semanais durante o mesmo período. Cíntia argumenta que tem que se ter cuidado com a desvalorização e exploração da mão-de-obra do profissional Hélia concorda e diz que a Instituição não tem o perfil do aluno, não se sabe se ele de fato precisa de um estágio social, sugere que se faça um estudo sobre o perfil desse aluno para o debate, Rutinelli diz que é preciso dar uma resposta rápida para o CIE-E, portanto, não há tempo para se fazer isso agora, mas pode ser discutido posteriormente, Sérgio concorda com Hélia em relação ao não conhecimento do perfil do aluno e diz que o curso superior é algo novo ainda, por isso, deve-se deixar a limitação mais flexível e depois fazer um acompanhamento

fazendo-se pequenos ajustes baseado no conhecimento. Araceli sugere que cada colegiado decida o que deverá ser feito tendo em vista que cada um sabe das particularidades de sua área e que posteriormente sejam feitos os ajustes necessários, pois deve-se levar em consideração que a estrutura dos cursos é diferente, todos concordam, Cristiane ressalta que deve haver no mínimo a possibilidade de o aluno fazer um estágio não-obrigatório de 30h semanais, informa que os projetos dos cursos vão mudar de 20h semanais para 30h semanais. Dessa forma, fica então decidido que cada colegiado fará uma reunião para discutir esse assunto e que depois enviarão uma tabela sobre a decisão junto com a cópia da ata. Cristiane passa então para o próximo ponto de pauta: proposta de alteração do ROD feita pelo Campus Serra, Sebastião toma a palavra e relata alguns casos de alunos do curso técnico que estão passando no concurso para os cursos superiores e estão questionando a não possibilidade da matrícula simultânea, uma vez que a vaga no curso técnico não será preenchida, pois o aluno que passa no curso superior acaba tendo que abrir mão de sua vaga no curso técnico no último período, além disso, o mesmo problema acontece também no segundo período quando a vaga não é preenchida através do edital de provimento de vagas remanescentes. Sebastião propõe que seja permitida a matrícula simultânea quando o aluno estiver matriculado, sem dependências, no último período / módulo do Curso e quando, após publicação de edital de concurso público para provimento de vagas remanescentes, oriundas dos alunos que optaram por novo Curso no Ifes, caso o preenchimento dessas vagas não se efetivar o aluno poderá ficar com a vaga, tendo em vista que é melhor que se tenha um aluno com duas matrículas do que uma vaga não ocupada. Ricardo comenta que muitos alunos dos cursos técnicos fazem também engenharia na Ufes, Cristiane sugere criar uma comissão com os membros que fazem parte das duas subcâmaras para verificar a possibilidade de dupla matrícula, com base na legislação, todos concordam e a comissão será formada por Ricardo, Iza, Sebastião, Luis Eduardo e Altair, ficando assim decidido. Cristiane pede que todos se apresentem, pois tem muita gente nova vinda dos novos Campi. Adélia, representante da Biblioteca, transmite um recado sobre a bibliografia básica e informa que o Mec exige na avaliação dos cursos uma determinada quantidade de ofertas de bibliografia básica para cada disciplina, que é em média três títulos, sendo um exemplar para cada cinco alunos e cinco títulos de bibliografia complementar, além disso, Adélia pede que as coordenações junto com os professores definam os periódicos que serão utilizados e convida a todos para irem à biblioteca conferir o que tem e que pode ser aproveitado. Cristiane passa então para o próximo ponto: proposta dos alunos dos Cursos Superiores de Tecnologia em extinção, cursarem disciplinas dos cursos de Engenharia, como alunos especiais, caso existam vagas. Cristiane propõe fazer uma normativa para regulamentar a situação estabelecendo que o aluno ficará no fim da fila e somente assistirá as aulas se sobrar vagas, salientando que nesse caso o objetivo será apenas cursar a disciplina e posteriormente, quando terminarem o curso no qual estão matriculados, esses alunos tentarão vaga no Curso de Engenharia, quando abrir edital, seria como uma optativa, mas com o aluno no final da fila. Cristiane pergunta se todos concordam e informa que serão poucos alunos, mas é preciso verificar como operacionalizar, pois aluno especial é aquele que não está matriculado na Instituição o que não é o caso desses alunos, então é preciso saber qual é a categoria desse aluno Ricardo sugere que se faça uma reunião com o registro escolar e com a Engenharia para ver como operacionalizar isso. Cristiane diz que o critério utilizado para o preenchimento das vagas será o coeficiente de rendimento, verificando se o aluno está periodizado e se não está em dependência, todos concordam e Cristiane passa para o próximo ponto de pauta: alteração da resolução CD N° 29/2008, de 13 de Outubro de 2008, que trata da extinção

do Curso Superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Campus Serra, Sebastião toma a palavra e explica que a resolução estabelece que o prazo para os últimos alunos ingressantes aprovados no Processo Seletivo 2008/1 integralizarem o curso encerra-se no segundo semestre de 2013, então a sugestão é alterar o prazo de encerramento para o primeiro semestre de 2014, todos concordam, Cristiane diz que a resolução já passou pelo Conselho Diretor e que para fazer a alteração será necessário passar pelo Colégio de Dirigentes, e fica assim decidido. Antes de seguir para o próximo ponto de pauta Cristiane passa a palavra para Luis Eduardo que faz um relato sobre os pré-requisitos de algumas disciplinas da Engenharia Elétrica que estão tendo problemas e informa que a disciplina Introdução a Engenharia Elétrica é pré-requisito para a disciplina Circuitos Elétricos I e Metodologia Científica, dessa forma, os alunos que vêm de outros cursos superiores não podem fazer essas disciplinas se não tiverem feito Introdução a Engenharia Elétrica, Luís argumenta que esse pré-requisito está incoerente e sugere a quebra do mesmo. Com a disciplina Fenômenos do Transporte II acontece a mesma coisa, pois é pré-requisito para Acionamentos Hidráulicos Pneumáticos, porém verificou-se que as disciplinas não tem uma relação direta assim Luis Eduardo sugere a quebra desse pré-requisito também, Cristiane diz que não vê problemas em se quebrar esses pré-requisitos, visto que não altera nada no curso, Luis Eduardo diz que após uma reunião no colegiado foi constatado que a disciplina Eletromagnetismo II tem como pré-requisito apenas Eletromagnetismo I, contudo o conteúdo do pré-requisito foi dividido entre Eletromagnetismo I e Física Moderna então Luis Eduardo sugere que Física Moderna seja também pré-requisito para Eletromagnetismo II, todos concordam e Cristiane pede que Luis Eduardo mande a ata da reunião do colegiado para que seja feito um memorando que será enviado para o Núcleo de Gestão Pedagógica e fica assim decidido. Cristiane passa para o ponto seguinte: escolha de quais disciplinas do núcleo básico das Engenharias do Ifes devem ser revisadas, Cristiane diz que depois da escolha, será feita uma reunião com os professores que estão ministrando essas disciplinas e os Coordenadores de Curso. Cristiane diz que o Campus Cariacica sugeriu alteração nas disciplinas de cálculo Cíntia diz que nas disciplinas de cálculo I, II e III está tudo bem, mas que devem ser revisadas as disciplinas Algebra Linear e Geometria Analítica fazendo-se as adequações necessárias, além disso, Cíntia sugere a mudança no nome das disciplinas Estatística Básica para Estatística e Probabilidade e Estatística para Estatística Aplicada. Aurélio sugere que todas as disciplinas básicas sejam analisadas para que se unifique tudo até os nomes. Estéfano propõe juntar os professores e analisar as ementas, Luis Eduardo diz que tem que haver um comprometimento do corpo docente para que seja elaborado um plano de ensino adequado e atualizado caso contrário o coordenador é quem tem que elaborar o plano, por isso acontecem essas diferenças. Cristiane sugere juntar os professores e coordenadores de cada curso e cada um fazer uma reunião sendo uma reunião só com a Matemática, outra só com a Física e outra com os demais cursos cada uma em um dia diferente, todos concordam e fica assim decidido. Cristiane transmite um recado da Moramey pedindo para que os coordenadores enviem a lista de presença do Enade e agradece a todos pela participação. Nada mais havendo a discutir, Cristiane dá por encerrada a reunião. Eu, Cristiana Aparecida Reimann, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, dezoito de fevereiro de dois mil e nove.